



Território, progresso e contradição: uma breve história sociopolítica da formação de Rondônia

Territory, progress and contradiction: a brief sociopolitical history of the formation of Rondônia state, Brazil

Leonardo Leite Mattos e Souza¹

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

RESUMO Este artigo examina a história da formação do estado de Rondônia a partir do olhar acadêmico do renomado historiador Dante Ribeiro da Fonseca. O trabalho retrata o espaço onde o “céu se faz moldura”, palco de ocupação milenar marcada pela presença de diversas populações indígenas e sucessivos ciclos econômicos: da exploração aurífera à extração de borracha; da colonização induzida ao desmatamento; da cafeicultura à agropecuária de larga escala; das vias fluviais às grandes usinas hidrelétricas. A partir dessa rica história, o estudo lembra que o estado ainda vivencia urbanismos fabricados, além de desafios ambientais agravados pela expansão agrícola e o ideal de integração logística com o Pacífico. O artigo foi construído com base em pesquisa bibliográfica qualitativa, com revisão da literatura de outros historiadores, mas visando explorar e analisar fenômenos sociais e políticos já documentados pelo professor Dante Ribeiro da Fonseca, a quem, aliás, o trabalho homenageia.ⁱ

Palavras-chaves: história de Rondônia; formação; ciclos econômicos; sociopolítica.

ABSTRACT

¹ Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Já lecionou na graduação de Direito e na Escola da Magistratura do Estado de Rondônia – EMERON. Atua na comarca de Ji-Paraná (RO).

This article examines the history of the formation of the state of Rondônia from the academic perspective of renowned historian Dante Ribeiro da Fonseca. The work portrays the space where “the sky becomes a frame”, a period of millennia-long occupation marked by the presence of diverse indigenous populations and successive economic cycles: from gold mining to rubber extraction; from induced colonization to deforestation; from coffee cultivation to large-scale agriculture and livestock farming; from river routes to large-scale hydroelectric dams. Drawing on this rich history, the study observes that the state continues to experience determined urbanization, coupled with environmental challenges exacerbated by agricultural expansion and the ideal of logistical integration with the Pacific. The article is based on qualitative bibliographical research, with a review of the literature of other historians, but with the objective of exploring and analyzing sociopolitical phenomena already documented by Professor Dante Ribeiro da Fonseca, to whom, incidentally, the work pays homage.

Keywords: history of Rondônia; formation; economic cycles; sociopolitical.

INTRODUÇÃO

Márcio Souza (2023, p. 38) explica que, para o teólogo espanhol Arius Montanus, descendentes de Noé teriam sido presenteados com o Novo Mundo: “Ofir ficou com o Peru, e Obal, com o Brasil.” Na mitologia bíblica ilustrada por Schwarcz e Starling (2018, p. 22), indígenas e negros africanos descenderiam de Cam, o filho “amaldiçoado” de Noé, sendo considerados carentes de vergonha e aptos à escravidão. Com sorte, poderiam ser catequizados ou, se hoje, evangelizados.

Orientais, em sua maioria da raça mongol, depois de atravessarem o estreito de Behring, migraram e estabeleceram-se no hemisfério ocidental da Terra há, no mínimo, 15 mil anos (Souza, *ibid.*, p. 37). Na época do seu achamento, na costa atlântica do Brasil predominavam *gentios* das tribos Tupi-Guarani saídas dos *vales do Madeira e do Xingu* “em busca da ‘Terra Sem Males’” (Bueno, 2010, p. 20). O sertão destinava-se aos *outros*, ou seja, às tribos *tapuia*, consideradas bárbaras.

Isso significa que, ao contrário do pensamento europeu de outrora, o continente americano não era desabitado – muitos povos viveram na Amazônia e em Rondônia, tornando a ideia de vazio amazônico um mito.

Em relação à ocupação humana da bacia do rio Guaporé, o arqueólogo

Eduardo Góes Neves (SescTV, 2022, 7min.55s) assegura que essa posse dataria de cerca de 10 mil anos, com evidências como a existência de *terra preta indígena*² indicando a presença humana *intensiva* no local há pelo menos 6 mil anos.

Na Reserva Biológica do Guaporé, o *sambaqui Monte Castelo*³ comprova a presença contínua de povos nativos antigos nas *terras baixas* da então Amazônia portuguesa. Descoberto por Eurico Theofilo Miller em 1983, o sítio de 120m de comprimento e 6,5m de altura serviu como cemitério, aldeamento e área de cultivo, revelando cerâmicas elaboradas mais antigas que as do Peru (Neves, *ibid.*).

Neves, citado por Bernardo Esteves (2024), informa que no distrito de Vista Alegre do Abunã, município de Porto Velho, no noroeste de Rondônia, a 9km do rio Madeira, a *serra da Muralha*, um outeiro de granito com cerca de 250m de altitude, exhibe uma murada construída há 1,2 mil anos pelo povo *Wari'*⁴, com 380m de extensão e entre 1 e 1,20m de altura, formada por pedras de granito encaixadas sem argamassa.⁵

Não havendo dúvida de que a Amazônica nunca foi um “espaço vazio”, durante a colonização lusitana, nativos “bravios” que não cediam aos interesses da Coroa ou dos audaciosos “bandeirantes” eram subjugados por “descimentos”, “resgates” ou “guerras justas” (Teixeira e Fonseca, 2003, p. 13). Ou seja, na ausência de ouro, os indígenas eram tratados como coisas, bens ou “peças”.

Ricardo Gilson da Costa Silva explica que, contemporaneamente, esse espaço contempla três cartografias em disputa: a da floresta e dos rios (lugar dos ribeirinhos, quilombolas, “beiradeiros” e indígenas); o espaço agrário (onde o campesinato e o agronegócio se enfrentam); os campos de mineração e produção de energia (ambiente do capital internacional) (*in* Zuin e Miguel, 2017, p. 11-12).

Resta então enunciar, em breves linhas e nos limites deste despretensioso

² Na região do antigo vilarejo de Teotônio, próximo ao salto de mesmo nome, às margens do Madeira, foram encontradas grandes áreas de *terra preta da Amazônia* que indicam “uma ocupação contínua e duradoura que remonta pelo menos 9 mil anos atrás” (Esteves, 2024).

³ Situado entre as localidades de Pau d’Óleo e Pedras Negras, às margens do rio Guaporé.

⁴ Povos tributários da nação Txapakura.

⁵ Conforme Esteves (2024), a Amazônia foi um centro produtor e difusor de inovações tecnológicas, a começar pela cerâmica. No plano da organização política, embora presente uma hierarquia, os povos amazônicos parecem não ter optado por um Estado centralizador, mesmo em contextos de maior densidade demográfica.

artigo que homenageia o professor Dante Ribeiro da Fonseca, como se deu a formação do estado de Rondônia, um espaço que, ao menos desde o fim do último período glacial, isto é, no começo do holoceno, nunca permaneceu vazio, passando por diferentes ciclos migratórios e econômicos que o definiram e ainda o definem como um lugar vital dos poderes do Estado e do capital.

A PROVÍNCIA DA CANELA

No Norte, as “terras afogadas” da foz do Amazonas (ou *Marañón*) teriam sido navegadas já no século XVI por Vicente Yañez Pinzón (1500), Diego de Lepe e Diogo Leite (1532) (Souza, *ibid.*, p. 77; Bueno, 2006, p. 39 e 146).

Em 1541, Gonçalo Pizarro e Francisco Orellana partiram de Quito em busca de uma improvável “Província da Canela”, mas, segundo o dubio frei Gaspar de Carvajal (2021, p. 215), só acharam “falsas caneleiras”, isto é, *ishpingo* ou canela americana, “mais utilizada para fins cerimoniais indígenas do que na culinária nativa” (*ibid.*).

Em busca de mantimentos, Orellana teria se perdido, sendo levado pela correnteza do copioso *Santa Maria de la Mar Dulce*. Na invenção do irresoluto Carvajal, que muitos consideram puramente ficcional, Orellana teria sido atacado por míticas nativas chamadas Amazonas, excentricidade que rebatizou o nome do grande rio *Marañón*. Pelo conjunto da obra, Carlos V confiou a Orellana a terra descoberta, “à qual ordenamos chamar [de *Adelantado* de] *Nueva Andalucía*” (Carvajal; Ugarte, 2021, p. 359).

Por volta de 1559, holandeses construíram as feitorias de Orange e Nassau na foz do Xingu (Teixeira e Fonseca, *ibid.*, p. 42), obrigando a União Ibérica a construir, em 1616, o Forte do Presépio no povoado de Feliz Lusitânia, depois denominado de Santa Maria de Belém do Pará ou Nossa Senhora de Belém do Grão-Pará (Ramerini, 2014).

A NATUREZA ENGALANADA: OURO E MISÉRIA

Selada a paz entre Portugal e Espanha com o Tratado de Limites de 1750, assim como ocorreu no Leste, foi o ouro, a *auri sacra fames*, que motivou o desbravamento da hileia, a Amazônia brasileira, principalmente porque, depois de explorada à exaustão, na Terra de Santa Cruz já não se achava mais o rico *orabutã*.

O “tenente-general do matto” Manuel de Borba Gato teria sido quem pri-

meiro encontrou ouro [em grande quantidade] no Brasil quando se refugiou nas proximidades do rio das Velhas, no “Reino dos Mapaxó” (Bueno, 2010, p. 72).

A descoberta de veios de ouro na lendária região do Sabarabuçu induziu uma migração massiva para as “Gerais” e a subsequente expulsão dos “desclassificados do ouro” para os sertões onde hoje estão os estados do Centro-Oeste e do Norte.

Ganância e miséria moveram os “pioneiros das entradas” para o sertão, induzindo a migração de milhares de garimpeiros para as “Gerais”, o que gerou epidemias de fome e pobreza. Não demorou para que as lavagens das terras, o revolvimento da paisagem e os muitos garimpos abertos devastassem Minas Gerais (Souza, 2017).

Descobertas as minas, cresceu o interesse da Coroa pela sua colônia americana. “O Brasil deixara de ser a terra de pau-de-tinta tratada um tanto de resto por el-Rei, para tornar-se a melhor colônia de Portugal [...] e por isso mesmo a mais profundamente explorada, a vigiada com maior ciúme, a governada com mais rigor” (Freyre, 1990, p. 3).

Com a escassez de ouro e diamante, sem prejuízo da precarização da vida e em virtude dos resultados adversos da Guerra dos Emboabas, muitos foram expulsos das “Gerais”. Com poucas opções, bandeirantes e outras gentes dirigiram-se para o interior remoto das regiões portuguesas e espanholas da América (Bueno, *ibid.*, p. 115).

Seja como for, portugueses adotaram na Amazônia um sistema que buscava “reduzir a colônia a mero prolongamento produtivo do reino”, utilizando conhecimentos conquistados na penetração do sertão para prospectarem ouro, pedras preciosas e especiarias (Souza, 2023, p. 127-128). “[...] a expansão portuguesa em sua empresa colonial no Brasil não foi mero transplante; em grande parte, foi obra de fusão, união da vivência lusitana com as coisas tropicais” (*ibid.*).

OS BANDEIRANTES DE RONDÔNIA

A partir de uma visão geopolítica, tanto Mato Grosso como, depois, Rondônia, seriam fruto de construções ideológicas operadas a partir da exploração natural à delimitação espacial representativa da materialização de pensamentos colonialistas e nacionalistas.

João Vilhena (2005, p. 11), por exemplo, explica que “a fundação de Mato

Grosso se deu primeiramente pela bacia amazônica”, pelo Norte, através das hidrovias Amazonas-Madeira-Mamoré-Guaporé.

Em 1637, Pedro Teixeira navegou o poderoso Amazonas de Belém a Quito, marcando a presença oficial portuguesa numa região espanhola (Bueno, *ibid.*, p. 170). De acordo com Louise Cardoso de Mello (2015, p. 368), ao navegar o Madeira, o jesuíta Cristóbal de Acuña, integrante da expedição de Teixeira, chamou o grande rio de Cayari, pois assim o chamavam os Tupinambarana.

Fugindo da Inquisição, o cristão-novo Antônio Raposo Tavares veio para o Brasil. O polêmico herói e depauperado vilão bandeirante, movido pela lenda do ouro de Ofir, numa última bandeira de limites, navegou o Guaporé, o Mamoré e o Madeira, chegando ao delta do Amazonas, atracando no Forte de Santo Antônio de Gurupá em 1651 (Bueno, 2010, p. 70).

Entre 1673-1682, Manoel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva penetraram o território mato-grossense buscando as “minas dos Martírios”, acampando na confluência dos rios Cuiabá e Coxipó-Mirim.

Segundo Taunay (1952, p. 10), foi Pascoal Moreira Cabral Leme quem descobriu o segundo “El-Dorado” português ao se deparar com ouro às margens do Coxipó em 1719, encontrando assim as férteis minas do Cuiabá. Em seguida, Miguel Sutil de Oliveira achou mais ouro no córrego da Prainha em 1721. Entre 1722-1723, Francisco de Melo Palheta⁶ navegou os rios Madeira, Mamoré e Guaporé em busca da prata andina.

Em 1731, Fernando Paes de Barros encontrou ouro nos riachos Sararé e Galera, afluentes do Guaporé. Descobertas as minas do Cuiabá, a Coroa proibiu a navegação da bacia amazônica, ordem essa desobedecida por Manuel Félix de Lima que, em 1742, após alcançar o Guaporé, o Mamoré, o Madeira e o Amazonas, consolidou a ideia da possibilidade de navegar do Mato Grosso ao Pará.

Essas viagens e turbações nas profundezas da então América espanhola deram ensejo à criação de vilarejos como Puerto de los Reyes, na lagoa Gayva (Bueno, 2006, p. 136), Aldeia Velha ou São Gonçalo [Velho], Nossa Senhora da Penha de França [ou Forquilha, Coxipó ou arraial das “minas do Coxipó”] (Bueno, 2010, p.

⁶ Sua missão era descobrir o rio Madeira (Jakobi, 2023, p. 20). Nessa jornada, Palheta teria chegado a Santa Cruz de la Sierra (Zuin e Miguel, 2017, p. 151).

76), além do arraial de Senhor Bom Jesus do Cuiabá ou Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, de Vila Maria (Cáceres) e de Pouso Alegre (Vila Bela).

Em 1745, Antônio de Almeida Morais e Tristão da Cunha Gago acharam ouro no rio Corumbiara, na bacia do Guaporé, o que aumentou “consideravelmente a cobiça pela região por parte de espanhóis e portugueses” (Vilhena, 2005, p. 12). Portugal deveria agir com rapidez. Na explicação de Márcio Souza (2023, p. 116),

O estabelecimento de sistemas de comunicação entre o oeste e o Norte foi uma grande vitória para os portugueses. Por isso mesmo, em 1752 a administração colonial suspende a proibição de navegação pelo rio Madeira e permite a viagem entre o Guaporé e o Amazonas, estimulando ao mesmo tempo os laços comerciais e políticos entre Mato Grosso e o Pará. Estavam oficializadas as chamadas “monções do Norte”, que estabeleceram a posse em 10 mil quilômetros de ca- minhos fluviais. Como os rios eram mais volumosos que os de São Paulo, os meios de transportes eram bem diferentes dos utilizados pelos bandeirantes e pelas monções paulistas. Nas monções do Norte, uma canoa podia transportar 3 mil arrobas e vinte homens, em viagens onde era ne- cessário superar as corredeiras do rio Madeira. Carga e passageiros eram desembarcados e transportados por terra, algumas vezes junto com a canoa.

Assim, Portugal criou a capitania de Mato Grosso em 1748, com sede em Vila Bela da Santíssima Trindade, antigo vilarejo de Pouso Alegre, enviando para a nova capital o capitão-general Antônio Rolim de Moura Tavares, o “conde de Azambuja”. Sua missão: garantir o Oeste amazônico para Portugal.

Quando perambulava por estas plagas, o magistrado santista Teotônio da Silva Gusmão, primeiro juiz de fora de Vila Bela, fundou o arraial de Nossa Senhora da Boa Viagem do Salto Grande⁷, nas proximidades das cachoeiras do Madeira. Entretanto, as condições adversas da região, como doenças e conflitos com povos nativos, dificultaram a consolidação da povoação.

Além disso, as solicitações de Teotônio à Coroa por reconhecimento e apoio financeiro foram em grande parte ignoradas. Desiludido, abdicou do cargo de ouvidor das minas do Cuiabá, terminando seus dias em situação de pobreza em Santarém, no Pará.

⁷ Conforme Jakob (2023, p. 22), o salto era chamado de Aroaya pelos nativos, mas foi batizado como cachoeira de São João por Palheta. Segundo Palitot (2016, p. 33), o salto era chamado de Maguary ou Aroyo.

Rolim de Moura transformou a missão espanhola de Santa Rosa Velha no presídio de Nossa Senhora da Conceição, posteriormente chamado de Forte Bragança. Com o Tratado de Santo Ildefonso, Luís de Albuquerque e Domingos Sambucetti definiram a construção do Real Forte Pr íncipe da Beira em 1776,
concluído em 1783 por Ricardo Franco de Almeida e Serra.

Como explica Heinz Jakob (2023, p. 22), “A construção do Real Forte foi consequência direta do ciclo do ouro e marcou o primeiro processo de colonização do espaço que se erigiu como o estado de Rondônia.” A fortaleza de quase mil metros de perímetro foi construída por brancos, escravos e índios.

Com a decadência mineradora, sem guerra a lutar e abandonada a navegação fluvial do Guaporé ao Madeira, a fortaleza perdeu valor estratégico, sendo deixada à própria sorte e esquecida até 1913. Quase aniquilado e totalmente saqueado, o Real Forte foi redescoberto por Cândido Rondon em 1917, quando lá esteve sob encargo do Serviço de Inspeção de Fronteiras.

Mas domar os vales do Guaporé e do Madeira era tarefa árdua, pois sobre eles pairava “o terror da América”, ou seja, a malária, além da febre amarela e outras doenças tropicais, fazendo com que a região fosse conhecida como uma “sepultura a céu aberto” (Teixeira e Fonseca, *ibid.*, p. 77 e 80).

A ORQUESTRAÇÃO QUE EMPOLGA TODA A GENTE

A descolonização do Oeste amazônico constituiu um fenômeno multifacetado, intrinsecamente ligado ao esgotamento do modelo colonial extrativista, que se baseava primordialmente na exploração de “drogas do sertão” e na mineração aurífera. O declínio dessas atividades econômicas resultou em um significativo esvaziamento demográfico e econômico da região noroeste da capitania, levando ao abandono por parte de seus colonos originais.

Nesse cenário de retração, permaneceram na área populações ribeirinhas, comunidades negras, povos indígenas e indivíduos marginalizados, que, ao longo do tempo, desenvolveram formas de subsistência e organização social adaptadas às particularidades do ambiente amazônico.

Após os ciclos iniciais de exploração do ouro e das drogas do sertão, a Amazônia experimentou um período de transição, marcado pelo ciclo agrícola (1750-1830). Contudo, foi o advento do ciclo da borracha, a partir da segunda metade do século XIX, que reconfigurou drasticamente a paisagem humana e econômica da região, atraindo novas levas de migrantes e impulsionando projetos de infraestrutura de grande envergadura.

5.1 A borracha e a migração nordestina

A resina chamada de *cautchu* (*cao o'chu*), extraída da “árvore-que-chora”, foi popularizada por *La Condamine* em 1743. A seiva “provaria ser, senão a maior, pelo menos a primeira das maravilhas vegetais da era industrial”, fazendo “Manaus (ou Barra) se transformar, quase que da noite para o dia, de aldeia indígena em capital industrial [...]” (Bueno, 2010, p.176-177). Bueno afirma que “As ruas, hotéis e cafês de Manaus fervilhavam, repletas de banqueiros ingleses, investidores norte-americanos e prostitutas francesas” (*ibid.*).

O primeiro ciclo da borracha (1870-1912) representou um divisor de águas na história da Amazônia, desencadeando uma das maiores ondas migratórias internas do Brasil. Milhares de nordestinos, majoritariamente oriundos dos estados do Ceará, Maranhão e Paraíba, foram atraídos para a região amazônica pela promessa, muitas vezes ilusória, de enriquecimento rápido através da extração e comercialização do látex, o “leite da seringueira” (Souza, 2023, p. 232).

No século XIX, a Oeste, o território da província do Mato Grosso, após Vila Bela da Santíssima Trindade, avançava sobre a margem direita dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Das cachoeiras de Guajará-Mirim e Guajará-Assú o espaço mato-grossense prosseguia até a cachoeira de Santo Antônio, no rio Madeira, na fronteira com a província do Amazonas.

O Acre e os vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé emergiram como destinos preferenciais para os migrantes impulsionados por narrativas e propagandas que veiculavam uma imagem distorcida das oportunidades e condições de vida na selva. Além disso, a matéria-prima prometia fortalecer as decadentes economias da América Latina. Mas “Produção e exportação de matéria-prima jamais se desenvolveram em capitalismo avançado” (Souza, 2023, p. 233).

Fim do primeiro ciclo por volta de 1906 a 1912, um novo se iniciou. Como explicado pelo saudoso jornalista britânico Dom Phillips (2025, p. 65-66),

Durante a Segunda Guerra Mundial, cerca de 55 mil migrantes saíram do nordeste pobre e semiárido do Brasil para trabalhar como seringueiros na Amazônia, a fim de fornecer borracha para o esforço de guerra dos Estados Unidos. Foram dizimados por doenças como malária e febre amarela, e cerca de metade morreu. Seus descendentes ainda vivem em cidades e comunidades amazônicas.

Esse ciclo econômico produziu os coronéis da borracha (coronéis de barranco), brancos extrativistas frutos de uma hipocrisia vitoriana gestada pelo “internacionalismo do lucro burguês”. Mas como nem tudo que reluz é ouro, nos seringais reinava a escravidão e a prostituição, praticada por mulheres velhas e doentes. Se o coronel contava com perfumadas polacas e francesas, nos seringais vingavam monstruosidades (Souza, 2023, p. 255-257).

A ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ: UM PROJETO DE INTEGRAÇÃO E SEUS DESAFIOS

A crescente importância econômica das regiões do Mato Grosso e da Bolívia, impulsionada pela produção de borracha e outros bens, demandou a melhoria do transporte fluvial pelo rio Madeira. Mas o seu trecho “encachoeirado”, repleto de corredeiras, inviabilizava a navegação segura e contínua, dificultando o escoamento da produção amazônica em direção ao Atlântico e a importação de mercadorias essenciais para essas regiões remotas.

Nascendo no Mato Grosso, o rio Guaporé divisa Rondônia da Bolívia, desaguando no Mamoré. Ao se unir ao rio Beni, nasce o Madeira, maior afluente da margem direita do rio Amazonas. Em seu curso, o Madeira recebe o Abunã, mas sua navegação só era possível depois do salto de Santo Antônio. Ou seja, não havia falar em navegação entre as cachoeiras de Guajará-Mirim e Guajará-Assú até o salto de Santo Antônio.

Esse era um trecho cheio de corredeiras, cachoeiras e saltos. Conforme Ferreira (2008, p. 18), entre as cachoeiras de Guajará-Mirim e Santo Antônio, num percurso de quase 400km, havia os saltos de Guajará-Assú, Bananeira, Lajes, Madeira, Misericórdia, Ribeirão, Chocotal, Periquitos, Araras, Pederneiras, Paredão, Três Irmãos, Jirau, Caldeirão do Inferno, Morrinhos, Teotônio e Macaco.

Superar esses acidentes fluviais justificou a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, já que o Mato Grosso e a Bolívia dependiam desse acesso para interligar seus comércios ao Atlântico.

A urgência por um meio de transporte eficaz intensificou-se após o bloqueio do rio Paraguai durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), o que isolou o Mato Grosso do restante do país. Essa conjuntura impulsionou a iniciativa de construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), uma linha férrea concebida para conectar Santo Antônio do Madeira a Guajará-Mirim, visando garantir o transporte de bens e estimular o desenvolvimento econômico regional.

A construção da EFMM, iniciada em 1907 e concluída em 1912, representou um empreendimento colossal, marcado por imensos desafios técnicos e humanos. Mais de vinte mil trabalhadores, incluindo imigrantes estrangeiros e migrantes nordestinos, enfrentaram condições desumanas, doenças tropicais, acidentes fatais e dificuldades logísticas intransponíveis na selva amazônica. Estima-se que milhares de vidas foram perdidas durante a construção, conferindo à ferrovia o trágico e emblemático apelido de “ferrovia do diabo”.

A Madeira & Mamoré Railway Co. Ltda., sob a direção de George Earl Church, foi a responsável por iniciar a construção. A cidade de Porto Velho, que emergiu como um centro industrial, ferroviário e sanitário, foi concebida como um contraponto à insalubridade e à desorganização (física e “moral”) de Santo Antônio, refletindo uma tentativa de impor um modelo de urbanização e controle em meio à vastidão amazônica (Fonseca, 2014, p. 19-22). Como bem explica o historiador Dante R. Fonseca (*ibid*):

Porto Velho era para ser o oposto de Santo Antônio. Enquanto nessa última localidade existiam estabelecimentos comerciais, que abasteciam aos passantes daquelas diversões mais antigas da humanidade: o jogo, a bebida e a prostituição; naquela nada disso deveria existir. Porto Velho deveria ser um asséptico estabelecimento industrial. Deveria ser dotado de todos os confortos e da infraestrutura necessária para manter, dentro do possível, em uma região insalubre como a do Madeira, as condições de produtividade do trabalho. Para isso seria necessário que o contingente de trabalhadores da ferrovia estivesse afastado daquele tipo de diversão que oferecia o porto rio acima. Seriam evitados assim transtornos para a administração do empreendimento.

O fim de Santo Antônio era certo. Todavia, sua sucessora, a vila operária de Porto Velho⁸, nascia sem a almejada modernidade projetada, pois longe dos pátios da Madeira & Mamoré Railway, para além da *avenida Divisória*, acorreram os “pobres, excluídos ou que se excluíram do ‘privilegio’ de trabalhar na ferrovia”, assim como toda sorte de *indesejados*, “o meretrício, o jogo e o alcoolismo” (Prado, *apud* Fonseca, *ibid.*, p. 43).

Inaugurada em 1912, a ferrovia, que custou milhares de vidas, perdeu sua importância econômica com o declínio do primeiro ciclo da borracha. Enquanto isso, numa Porto Velho de muitos idiomas e cores, sem escola até 1915, onde o esgoto corria a céu aberto, violência, prostituição, caos e desordem grassavam.

No entorno incômodo, anti-higiênico e enfiado de Porto Velho, a nossa babel amazônica, bem longe dos quadrantes estéticos da *avenida Divisória*, instalava-se a periferização do proletariado. Como em outras cidades do mundo, para não se submeterem às regras do “progresso industrial”, esses trabalhadores buscavam liberdade em tavernas, botequins, gafieiras e prostíbulos (Fonseca, *ibid.*, p. 54).

A COMISSÃO RONDON E A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

Após o primeiro ciclo da borracha e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a região que hoje corresponde ao estado de Rondônia foi palco da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA), popularmente conhecida como *Comissão Rondon* (1907-1915).

Liderada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, a Comissão tinha como objetivo primordial estabelecer uma rede telegráfica que interligasse regiões remotas do país, ao mesmo tempo em que realizava explorações científicas e promovia o contato pacífico com as populações indígenas.

A Comissão Rondon enfrentou desafios logísticos, climáticos e sanitários monumentais durante sua atuação. A equipe de Rondon percorreu milhares de quilômetros de selva densa, superando doenças, dificuldades extremas de transporte e estabelecendo contato com diversos povos indígenas até então isolados ou pouco conhecidos.

A missão de Rondon, conforme anotado por Todd Diacon (2006, p. 28),

⁸ Situada no local onde funcionava um antigo destacamento militar, cuja área encontrava-se na região da vila de Manicoré (AM). Do desmembramento dessa área surgiria o município de Humaitá (AM), do qual Porto Velho era distrito. A Vila de Santo Antônio do Rio Madeira (MT) distava cerca de 7km de Porto Velho. Guajará-Mirim foi elevado a município em 1929 (Albuquerque, 2005, p. 24-27).

transcendia a mera instalação de linhas telegráficas; ela visava a “unificação física, emocional e afetiva de seu país”, impondo uma “versão de cidadania brasileira”.

A filosofia pacífica e humanista de Rondon, imortalizada em sua máxima “Morrer, se preciso for; matar, nunca”, ressaltou a importância do respeito aos direitos dos povos indígenas, exercendo uma influência duradoura nas políticas indigenistas brasileiras. Acerca disso, Diacon indaga-se: “Por que alguns estudiosos acreditam que Rondon foi tão bem-sucedido quando, na realidade, não foi?” (*ibid.*, p. 14).

A Comissão Rondon⁹ não apenas conectou regiões isoladas por meio de infraestrutura telegráfica, mas também desempenhou um papel crucial no reconhecimento territorial e na demarcação das fronteiras do Brasil na Amazônia, contribuindo decisivamente para a posterior consolidação do estado de Rondônia.

Contudo, a expansão da “população civilizada” promovida por esses projetos teve um custo elevado para os povos indígenas. Palitot (2016, p. 54-55) observa que, “enquanto aumentava a população ‘civilizada’, os povos indígenas perdiam membros graças às epidemias e vícios trazidos pelos imigrantes”, resultando na diminuição de seus territórios, dispersão de seus membros e violência contra suas comunidades.

FORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA DE RONDÔNIA

Com o declínio da monocultura da borracha, a hileia faliu. “A Amazônia saía da ostentação para padecer as agruras da falta de importância política e insignificância eleitoral. Um trauma que colocou a região na posição reboquista da qual nunca mais se livrou” (Souza, 2023, p. 285). Refletindo sobre a efemeridade dos ciclos econômicos e o impacto das intervenções humanas na Amazônia, Márcio Souza (*ibid.*, p. 47) sentencia: “O que havia sido construído em 10 mil anos foi aniquilado em menos de 100”.

Seja como for, dependendo de “seringalistas, comerciantes e outras lideranças da região”, o espaço de influência da EFMM merecia ser elevado à condição de 9 Na confluência dos rios Urupá e Ji-Paraná (Machado), em terras dos povos Jaru e Urupá, seringalistas construíram o lugarejo de *Pouso Redondo*, chamado depois de *Dois de Abril* e *Urupá* (1877-1900), onde, em 1909, Rondon construiu a estação telegráfica *Presidente [Afonso] Pena*. Fim do ciclo da borracha, o povoado e garimpo diamantífero tornou-se distrito de Porto Velho (1943), quando recebeu o nome de *Vila de Rondônia*. Elevado a município em 1977, o local ganhou o nome de *Ji-Paraná*, antigo nome do rio Machado, um dos muitos depósitos aluvionares diamantíferos de Rondônia.

território federal, com capital em Guajará-Mirim, a “pérola do Mamoré”, o ponto terminal da ferrovia (Albuquerque, 2005, p. 35). Mas a cidade não foi eleita para ser a capital do futuro território do Guaporé.

Em 1943, durante o Estado Novo, buscando incentivar, entre outras coisas, uma nova “marcha para o Oeste”, Getúlio Vargas criou os territórios federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguazu.

Dos três, o maior era o do Guaporé, renomeado em 1956 para território federal de Rondônia. Lugar de rica história, a terra havia recebido empreendimentos da estatura do Real Forte Príncipe da Beira, da ferrovia Madeira-Mamoré e da Comissão Rondon. Não obstante, na lição de Zuin (*apud* Zuin e Miguel, *ibid.*, p. 161), o estado faz parte “dos lugares ‘construídos discursivamente’ para ‘desafogar’ as grandes metrópoles brasileiras [...]”.

Palitot (2016, p. 116) informa que, no rastro da Comissão Rondon, em 1961 Juscelino Kubitschek inaugurou a rodovia BR-29, um “rasgão mal-acabado nas selvas de Rondônia” idealizado ainda em 1944 interligando Cuiabá a Cruzeiro do Sul (AC), na fronteira com o Peru.

Em 1968, no seringal Ouro Preto, às margens da atual rodovia BR-364 – antiga BR-29, o outrora Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) instalou o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto. Mas o esforço colonizatório também foi compartilhado com empresas privadas, como foi o caso dos grupos Calama e Vitrelli (Perdigão e Bassegio, *apud* Oliveira Neto, 2024, p. 328).

O período que se iniciou em 1970 foi marcado por profundas mudanças no perfil econômico e social do Brasil. O país de economia predominantemente agrícola convertia-se numa sociedade urbana e industrializada. Houve forte êxodo rural, o que induziu a favelização e a marginalização social nas grandes cidades. O milagre econômico dos anos 1970 trouxe crescimento acelerado, mas com forte concentração de renda.

Segundo Carujo (2025, p. 30), incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura, recursos naturais abundantes como ouro e cassiterita e a implantação de núcleos de colonização propiciaram a “atração de novos moradores e capital financeiro”, convidando para Rondônia “empresários visionários, ávidos por investir nos setores da agropecuária e da indústria madeireira.”

A expansão e a conurbação das metrópoles da costa leste induziram um novo processo migratório [desordenado] para o Norte. Em Rondônia projetos fundiários distribuíam terras públicas por meio de Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e Projetos de Assentamento Rápido (PAR). Além disso, vastas áreas foram licitadas e alienadas ao capital privado.

Ocorre que muitas das glebas abertas não dispunham de infraestrutura mínima, nem de escolas, nem de postos de saúde, nem de vias de acesso. Em meio a tudo isso, muitos títulos dominiais foram falsificados. Em outros casos, os títulos nunca foram outorgados aos migrantes.

Conforme Perrot, Hobsbawm e Berman (*apud* Fonseca, *ibid.*, p. 54), ao fugir de uma perspectiva burguesa, o migrante se acultura onde é acolhido, abandonando suas tradições, “impraticáveis nesse novo ambiente urbano. Assim, a cidade os modela e os enraíza, ao mesmo tempo em que elimina as suas raízes originais.”

É nesse contexto que, em 1977 foram criados os municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena e, em 1981, o território federal foi elevado à categoria de estado federado; surgia “a nova estrela no azul da União” (Albuquerque, 2005, p. 43).

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por crises econômicas, hiperinflação e estagnação. Embora as reformas neoliberais dos anos 1990 tenham promovido a abertura comercial, privatizações e enxugamento do Estado, as desigualdades regionais, sociais e econômicas persistiram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IBGE (2024) informa que Rondônia possuía 1.746.227 habitantes em 2024, com renda per capita de R\$ 1.717,00 e IDH de 0.756. A população multifacetada do estado convive sob o impacto de grandes equipamentos urbanos, rodovias, pecuária extensiva, fazendas de grãos, garimpos ilegais, hidrelétricas e madeireiras, enquanto povos nativos, ribeirinhos, quilombolas e seringueiros constituem minorias premidas e frequentemente invisibilizadas.

Desde 1980, a *província estanífera de Rondônia* tornou-se palco recorrente de disputas possessórias, expondo a tensão histórica entre indígenas, pequenos produ-

tores rurais e o capital imobiliário. Não por acaso, a implementação do Planaflo, nos anos 1990, buscou ordenar um território em que o avanço do agronegócio — legal e ilegal — disputa espaço com populações tradicionais, evidenciando o conflito permanente entre diferentes projetos de ocupação e desenvolvimento (Zuin; Miguel, 2015, p. 181-183).

Nesse cenário, os ciclos econômicos do ouro, da borracha, da madeira, do café e do cacau moldaram uma economia hoje caracterizada pela exportação de commodities, sem prejuízo da presença de frigoríficos, usinas hidrelétricas e desafios ambientais cada vez mais agudos.¹⁰ No entanto, permanece viva a lógica da ocupação territorial baseada no extrativismo predatório e na apropriação privada dos recursos naturais.

A dramática situação vivida pelo povo Cinta-Larga na Reserva Roosevelt, palco de conflitos violentos e assassinatos relacionados à extração mineral, ilustra de forma paradigmática a violência estrutural que permeia o processo de expansão econômica em Rondônia.

Como observa Márcio Souza (2023, p. 34), “difícilmente o planeta suportará o impacto para manter tanta gente”. O mito dos “espaços vazios”, duramente criticado por Avacir Gomes (2022, p. 16), reforça a invisibilidade de populações indígenas, seringueiros, caboclos, quilombolas e ribeirinhos — uma omissão histórica reiterada ao longo de sucessivos projetos de desenvolvimento. A propósito, o jornalista Dom Phillips (2025, p. 60), vítima fatal dos conflitos amazônicos, alertava:

Partes da floresta tropical agora emitem mais carbono do que absorvem. As estações chuvosas ficaram mais curtas em “zonas de transição” nas franjas da floresta. Espécies de árvores e plantas estão desaparecendo. Outras se tornam dominantes.

Essa deterioração ambiental se soma a uma urbanização desordenada, à pressão sobre os povos tradicionais e à mercantilização dos recursos naturais, compondo um quadro de desafios que transcendem a economia local e atingem a esfera da governança ambiental global.

¹⁰ “Há mais de um século o homem vem sujando o céu. [...] boa parcela de culpa pelo desmatamento das florestas vem da pecuária – não apenas para criar gado, mas também para plantar soja e alimentar os animais. No Brasil, segundo o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe, 60% do que é desmatado vira pasto – as queimadas em florestas para gerar pastos, por si só, emitem mais de 230 milhões de toneladas de CO₂ por ano” (A procura..., 2017, p. 46-55).

A história de Rondônia é marcada por tensões estruturais, conflitos fundiários, desmatamento e urbanização, resultando em desigualdades persistentes e novas promessas de desenvolvimento, como a ferrovia continental.

Se por um lado a presença de uma ferrovia continental poderá favorecer a geração de empregos e o surgimento de novos centros urbanos, beneficiando cidades como Vilhena, Cacoal, Jarú, Ariquemes e Porto Velho (Ferrovia, 2025), por outro, a história brasileira alerta para os riscos de projetos logísticos que, embora representem oportunidades econômicas, também podem promover processos de expropriação e expulsão de comunidades, como registra Galeano (2012, p. 282):

Na época do auge ferroviário, as empresas britânicas haviam obtido, com frequência, consideráveis concessões de terras de cada lado das linhas, além das próprias linhas e o direito de construir novos ramais. As terras eram umestupendo negócio adicional: o fabuloso presente concedido em 1911 à Brazil Railway significou o incêndio de um sem-número de cabanas e a expulsão ou a morte das famílias camponesas assentadas na área da concessão. Esse foi o gatilho que deflagrou a rebelião do Contestado, uma das mais intensas páginas da fúria popular de toda a história do Brasil.

Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 35) complementa, ao apontar o desenraizamento como elemento constitutivo da sociedade brasileira, marcada pela tentativa de impor formas institucionais e econômicas exógenas, nem sempre compatíveis com a diversidade dos territórios amazônicos. Estudos recentes, como os de Safranski (*apud* Dupas, 2007) e Bauman (2001), aprofundam o diagnóstico sobre a fluidez dos vínculos sociais e a “liquidez” das identidades em espaços de fronteira.

Nesse contexto, a crítica de Gilberto Dupas (2007, p. 73-89) ao “mito do progresso” oferece uma lente essencial para a análise do caso rondoniense. Para Dupas,

O progresso, assim como hoje é caracterizado nos discursos hegemônicos de parte dominante das elites, não é muito mais que um mito renovado por um aparato ideológico interessado em nos convencer que a história tem um destino certo — e glorioso — que dependeria mais da omissão embevecida das multidões do que da sua vigorosa ação e da crítica de seus intelectuais.

Segundo o autor, “esse progresso, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais” (*ibid.*).

Tais observações dialogam diretamente com a experiência histórica de Rondônia, onde as promessas de progresso e modernização quase sempre se realizaram à custa de populações vulneráveis, da biodiversidade e da própria memória social.

Habermas (1987, p. 45-92) alerta para a racionalização da técnica e a despolitização das massas como instrumentos da legitimação do progresso, enquanto Luke Dowdney (*apud* Dupas) e Zygmunt Bauman (2001) analisam os impactos sociais da marginalização e da violência em contextos de rápida urbanização e desigualdade.

No âmbito jurídico, conforme ensina Édís Milaré (2021, p. 85), “a racionalidade do desenvolvimento deve se submeter a critérios éticos e jurídicos, sob pena de sacrificar os fundamentos da dignidade humana e da própria sustentabilidade do planeta”. Assim, o direito ambiental assume papel contramajoritário ao proteger não apenas o meio ambiente natural, mas também os interesses difusos das futuras gerações.

Fonseca (2014, p. 228-231) propõe uma inflexão crítica, ao enfatizar que o extrativismo responsável, fundado no conhecimento dos processos ambientais e na integração harmônica com os ecossistemas locais, deve ser valorizado como alternativa ao modelo hegemônico, que privilegia monoculturas, pecuária extensiva e a rápida domesticação do ambiente.

Galeano (*ibid.*, p. 7) relata que, em 27 de julho de 2001, na única vez em que não mentiu, o então presidente norte-americano George W. Bush, de forma retórica, perguntou aos seus acólitos:

Vocês já imaginaram um país incapaz de cultivar alimentos suficientes para prover sua população? Seria uma nação exposta a pressões internacionais. Seria uma nação vulnerável. Por isso, quando falamos de agricultura, estamos falando de uma questão de segurança nacional.

Como sugere Dupas (2007, p. 79), é preciso “abrir clareiras nesse cipóal e procurar impregná-lo de sentido”, cultivando “formas de conduta e pensamento originais e não padronizadas pelo pensamento único globalizante.” O desafio ético-político, hoje, é transformar a experiência de Rondônia em campo de inovação social, crítica histórica e reinvenção de futuros possíveis para a Amazônia e para o Brasil.

O desenvolvimento urbano, rodoviário e ferroviário em Rondônia deve considerar que a cidade deve garantir habitação, trabalho, segurança, circulação, saúde,

educação, lazer e cultura para todos (Morales, 2007). Morales destaca ainda que o planejamento urbano e econômico não deve ser regido pela concorrência, pois isso pode causar segregação social e residencial. O progresso quantitativo precisa acompanhar critérios qualitativos, alinhando-se ao desenvolvimento coletivo e a um planejamento urbano integrado.

Aos que associam desenvolvimento humano e progresso apenas à urbanização e industrialização aceleradas, sem planejamento urbano integrado, oportuna a prosa de um dos *alter ego* do Procurador de Justiça e escritor goiano radicado em Rondônia, Tarcísio Leite Mattos (2019, p. 21):

A minha cidade agora é grande, lotada que está de refugo que ainda se diverte, bebe e ri nos estádios de resultados previamente marcados. Ela cresceu o bastante para acomodar todos os modernos horrores metropolitanos, do crack às diferentes e organizadas gangues, que se anunciam por desenhos bizarros e indecifráveis runas e engrossam a taxa de criminalidade envolta num emaranhado de siglas. Como qualquer outra, minha cidade nada mais é que uma fábrica de conservas, dura e hostil aos refugiados e insones que apostam na *zooloca* e votam em ator, cantor e jogador de futebol. [...] Daqui vejo e sinto o centro, os miseráveis, seus ratos e a parte mais substancial dos muitos séculos de fome, sangrenta, triste, enlutada e real história politicamente abafada.

REFERÊNCIAS

À PROCURA de saídas. **Super 30 anos**, Super Interessante: as revoluções das três últimas décadas [...]. São Paulo: Editora Abril, 2017. 216 p. ISBN 978-85-5579-148-2.

A TERRA dos povos. Direção: Tatiana Toffoli. Produção: SescTV. Narração: Eduardo Góes Neves. Coordenação: Eduardo Góes Neves. São Paulo: Serviço Social do Comércio -- SESC, 2006. 1 vídeo (56min.07s). Documentário, T1E1. Disponível em: <https://youtu.be/EG8xXLEhmrQ?list=PLlIQoqgFEbVVMGXd5pXU7NZ-VlZjL8bZio>. Acesso em: 23 jun. 2025.

ALBUQUERQUE, José Lúcio Cavalcanti de. **História do ministério público do estado de Rondônia**. Porto Velho: EDUFRO, 2005.

BARROSO, Lourismar. **Real forte príncipe da beira**: o poder apoiado em escoras para não ruinar. 2. ed. Porto Velho: Editora do Autor, 2021. *E-book*.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção**. São Paulo: Leya, 2010.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

CARDOSO DE MELLO, Louise. De Cayari a Madeira: Procesos históricos de etnogénesis en el suroeste amazónico durante el período colonial. **Memorias: Revista Digital de Historia Y Arqueología desde el Caribe Colombiano**, Barranquilla, ano 11, n. 26, p. 360-391, maio-ago. 2015.

CARUJO, Carlos Araujo. **Rondônia: origens históricas, aspectos sociais e culturais**. Belém: Shamballah, 2025. *E-book*.

CARVAJAL, Gaspar de. **Relação do famosíssimo e muito poderoso rio chamado Marañón**. Tradução e comentários: Auxiliomar Silva Ugarte. Manaus: Valer, 2021.

DIACON, Todd A. **Rondon: o marechal da floresta**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, v. 1, n. 77, p. 73-89, mar. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000100005>. Acesso em 19 jul. 2025.

ESTEVES, Bernardo. Vultos da ciência: a floresta é a pirâmide: o arqueólogo Eduardo Neves está ajudando a reescrever a história da Amazônia. **Piauí**, São Paulo, ano 18, n. 214, 7 jan. 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-arqueologo-eduardo-neves-esta-ajudando-a-reescrever-a-historia-da-amazonia/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

FERROVIA entre Brasil e Peru deve impulsionar produção agrícola e pecuária em RO, diz economista. **g1 RO: rede Amazônica: grupo Globo**, São Paulo, 9 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2025/07/09/ferrovia-entre-brasil-e-peru-deve-impulsionar-producao-agricola-e-pecuaria-em-ro-diz-economista.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **Estudos de história da Amazônia**. 2. ed. rev. Porto Velho: Nova Rondoniana, 2014, v. 1.

FORTE DO CASTELO DE BELÉM. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Forte_do_Castelo_de_Bel%C3%A9m&oldid=67268387. Acesso em: 8 maio 2025.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: a continuação de Casa Grande & Senzala. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro.html>. Acesso em: 15 jul. 2025.

JAKOBI, Heinz Roland. **Fragmentos da história da medicina em Rondônia**. Porto Velho: Temática, 2023.

MATTOS, Tarcísio Leite. **Emoções 2.0i**. Porto Velho: Imediata, 2019.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

MORALES, Paulo Roberto Dias. **Planejamento urbano**: enfoque operacional. Rio de Janeiro: Fundação Ricardo Franco, 2007. (Coleção Disseminar).

OLIVEIRA NETO, Thiago. **O transporte rodoviário de passageiros na Amazônia brasileira**. Orientador: Hervé Émilien René Théry. 2024. 741 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2024. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20082024-093005/publico/2024_ThiagoOliveiraNeto_VCor.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

PALITOT, Aleksander A. N. **Rondônia**: uma história. Porto Velho: Imediata, 2016.
PHILLIPS, Dom *et al.* **Como salvar a Amazônia**: uma busca mortal por respostas. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

RAMERINI, Marco. Os holandeses no Brasil: os assentamentos da Amazônia. Revisão de Dietrich Köster. **Viagem Colonial**, Arezzo, Itália, 14 jan. 2014. Disponível em: <https://www.colonialvoyage.com/dutch-in-brazil/>. Acesso em: 8 maio 2025.

SCHWARCZ, Lília K. Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Amizael Gomes da. Amazônia: **Porto Velho**: pequena história de Porto Velho. Porto Velho: Palmares, 1991.

SILVA, Avacir Gomes dos Santos. **Na floresta das chuvas**: colonização e ocupação do vale do Guaporé. 2. ed. Rolim de Moura: SGuerra Design, 2022. *E-book*.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2017.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2023.

TAUNAY, Afonso de E. **Relatos monçoeiros**. São Paulo: Livraria Martins Editôra, 1952. (Coleção Biblioteca Histórica Paulista, v. IX). Introdução, coletânea e notas de Afonso de E. Taunay.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional: Rondônia**. 4. ed. Porto Velho: Rondoniana, 2003.

VILHENA, João. **Retalhos**: história de Ji-Paraná: relatos inéditos 1977/2005. [s.l.]: [s.n.], 2005.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan. **A Amazônia e os povos indígenas**: conflitos socioambientais e culturais. Curitiba: Appris, 2017.

ⁱ **Nota metodológica**: artigo desenvolvido para o concurso “História de Rondônia, da Justiça e da Amazônia” (EMERON). A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica, documental e histórica, utilizando como fonte primária o acervo do Professor Dante Ribeiro da Fonseca doado à EMERON, especialmente as obras “História regional: Rondônia” e “Estudos de história da Amazônia” (volume 1). Foram analisadas também obras de referência e artigos científicos das duas últimas décadas, abrangendo autores clássicos, contemporâneos e regionais. A pesquisa adotou perspectiva interdisciplinar, integrando conhecimentos de História, Direito, Economia, Sociologia e Ecologia para uma compreensão ampla do processo de formação histórica de Rondônia.